



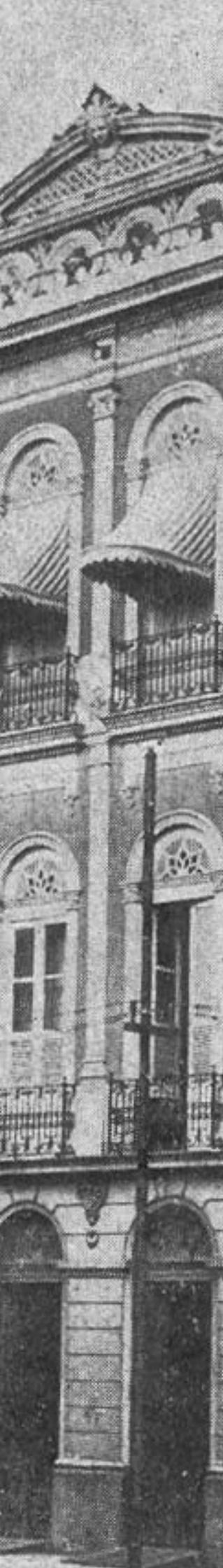
Informativo Jurídico da Associação Comercial do Amazonas - ACA

Vol. 05

02/06/2025

Preparado por: Pedro Câmara Advogados





Índice

01 Palavra do Presidente



02 Artigos de Destaque



03 Associação
Comercial News



04 ZFM em Foco



05 Dica PCA

INFORMATIVO JURÍDICO DA
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO
AMAZONAS - ACA

1 Palavra do Presidente

PREPARADO POR:
PEDRO CÂMARA ADVOGADOS

Bruno Pinheiro

Presidente da Associação Comercial do Amazonas

É com grande satisfação que apresentamos o Informativo Jurídico da Associação Comercial do Amazonas (ACA), um novo canal de comunicação criado com o objetivo de manter nossos associados atualizados sobre as principais novidades e tendências do mundo jurídico que impactam diretamente o setor do comércio e de serviços.

Vivemos em um cenário de constante mudança normativa, em que decisões judiciais, alterações legislativas e posicionamentos administrativos podem repercutir significativamente na atividade empresarial. Diante disso, torna-se essencial contar com informações seguras, atualizadas e interpretadas à luz da realidade vivida por nossos empresários.

Para garantir a excelência desse conteúdo, a ACA estabeleceu uma parceria estratégica com o escritório Pedro Câmara Advogados, referência em assessoria jurídica empresarial, que passa a integrar nossa estrutura institucional com a missão de prestar apoio técnico e produzir quinzenalmente este informativo. O material trará análises objetivas, notícias comentadas e orientações práticas voltadas para a rotina de gestão e tomada de decisões por parte dos nossos associados. Mais do que um boletim de notícias, este informativo se propõe a ser uma ferramenta de gestão, contribuindo para a prevenção de riscos, o aproveitamento de oportunidades jurídicas e o fortalecimento da segurança nos negócios. Afinal, empresários bem informados estão mais preparados para agir com estratégia e responsabilidade.

Convidamos todos os nossos associados a acompanharem de perto cada edição, compartilhem sugestões e utilizarem esse novo recurso como mais um diferencial competitivo no dia a dia de suas empresas. Estamos certos de que essa iniciativa contribuirá para o fortalecimento institucional da ACA e para o desenvolvimento sustentável do nosso setor empresarial.

Uma ótima leitura a todos!

Bruno Loureiro Pinheiro



INFORMATIVO JURÍDICO DA
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO
AMAZONAS - ACA

Artigos de Destaque

PREPARADO POR:
PEDRO CÂMARA ADVOGADOS

O Outro Lado da Reforma: STJ alerta para risco de colapso judicial com os novos tributos

Arthur Reis

A tão celebrada Reforma Tributária, implementada pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, trouxe a promessa de um sistema mais simples, justo e moderno. A criação do IBS e da CBS foi apresentada como solução para distorções históricas do modelo atual. No entanto, um recente relatório do Superior Tribunal de Justiça acendeu o sinal de alerta: se nada for feito, a promessa de simplificação pode resultar justamente no oposto — um colapso no Judiciário.

No documento divulgado em abril, o STJ estimou que o volume de litígios fiscais poderá triplicar. Isso porque, a depender do modelo adotado, um mesmo fato gerador poderá ser cobrado por União, Estado e Município separadamente — gerando até três execuções fiscais para o mesmo débito. O relatório também critica a ausência de uma estratégia clara para o contencioso tributário nos projetos de regulamentação que tramitam no Congresso.

Entre as medidas propostas estão: a centralização da competência na Justiça Federal, a exigência de prévio requerimento administrativo para ajuizamento de ações, a criação de fundos para custeio da estrutura judiciária e a fixação de alçadas mínimas para execuções.

O STJ sugere ainda a criação de ações declaratórias específicas para o novo sistema, mas alerta que essas iniciativas devem vir acompanhadas de cautelas rigorosas para não comprometer o direito ao contraditório nem sobrecarregar ainda mais a Corte.

A preocupação se justifica:

Só em 2024, mais de 63 mil casos fiscais tramitaram no STJ. E desses, 19 mil referem-se justamente a tributos que serão substituídos pelo IBS e CBS. Sem integração entre os entes federativos e o Judiciário, o que se desenha no horizonte é a multiplicação de litígios, insegurança jurídica e aumento dos custos operacionais — tanto para o Estado quanto para as empresas.

O QUE ESTÁ EM JOGO:

- ✦ Risco de explosão no volume de processos fiscais com a nova sistemática;
- ✦ Proposta de centralização das execuções fiscais na Justiça Federal;
- ✦ Sugestão de ações específicas no STJ com requisitos rigorosos;
- ✦ Necessidade urgente de integração entre entes e estrutura judiciária;
- ✦ Debate sobre limites constitucionais do acesso ao Judiciário.

Julgamento Histórico: Impostos na ZFM na Mira do STJ

Arthur Reis

No próximo dia 11 de junho, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgará uma questão que pode transformar a carga tributária do comércio na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Em pauta está o Tema Repetitivo n.º 1.239, que vai definir — com efeito vinculante — se o PIS e a COFINS devem incidir sobre receitas de vendas e prestação de serviços realizadas dentro da ZFM, tanto para empresas quanto para consumidores finais pessoas físicas.

Na prática, o que se discute é o seguinte: as operações internas na Zona Franca podem ser equiparadas a exportações e, portanto, gozar da imunidade prevista no art. 149, §2º, I da Constituição? A resposta positiva traria um corte de até 9,25% na carga tributária de muitas empresas locais, além de reduzir a litigiosidade e reforçar a segurança jurídica da região.

✓ ZFM EM JOGO

A Associação Comercial do Amazonas (ACA) atua como amicus curiae no julgamento, defendendo que a desoneração não deve se limitar às operações entre empresas, mas também alcançar vendas ao consumidor final.

O objetivo maior é preservar a lógica constitucional da Zona Franca, que busca promover desenvolvimento econômico regional com instrumentos fiscais diferenciados.

As chances são boas: o STJ já reconheceu a tese em decisões anteriores, mas agora a palavra será definitiva. A decisão terá efeitos obrigatórios para todos os tribunais do país e pode marcar o fim de discussões judiciais longas e onerosas sobre o tema.

💡 **Mais que uma disputa tributária, o julgamento é visto como um teste da coerência institucional do país com o modelo da ZFM.**

Adeus à jornada 6x1? PEC propõe corte de horas sem corte de salário

Matheus Belém

Está em tramitação no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional n.º 8/2025, que pretende alterar profundamente a dinâmica do trabalho no Brasil. Se aprovada, a jornada semanal cairá de 44 para 36 horas, extinguindo o tradicional modelo de seis dias de trabalho por um de descanso — a chamada escala 6x1. E mais: sem redução proporcional de salários.

A proposta, que ganhou força durante as comemorações do Dia do Trabalhador, é defendida por centrais sindicais e movimentos sociais como uma resposta à exaustão do modelo atual, acusado de agravar casos de burnout e afetar a saúde mental dos trabalhadores. Por outro lado, o setor produtivo alerta: a mudança pode gerar retração econômica, perda de empregos e pressão sobre a competitividade nacional.

DEBATE ACIRRADO: PRODUTIVIDADE X QUALIDADE DE VIDA

A proposta está apenas no início da tramitação e ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara antes de seguir para análise de mérito. Mesmo assim, o projeto já provoca forte reação da indústria, do comércio e de serviços. Entidades como a CNI e a CNC preveem impactos severos: retração de até 16% no PIB, corte de 18 milhões de empregos e perdas de R\$ 480 bilhões na massa salarial.

A comparação com países da Europa — como França, Alemanha e Dinamarca, que já adotam jornadas reduzidas — nem sempre se sustenta. Essas nações operam com alta produtividade, forte proteção social e elevada densidade tecnológica, realidades bem diferentes da brasileira.

Especialistas defendem que, para viabilizar a mudança, será necessário um plano de transição, com incentivos à automação, desoneração da folha e reforço à negociação coletiva. Por ora, o texto da PEC ainda carece de medidas compensatórias e de um cronograma setorial viável.

”

“A jornada atual é cruel, especialmente para as mulheres, que acumulam funções dentro e fora de casa.”

**— Ministro Luiz Marinho
(Trabalho e Emprego)**

INFORMATIVO JURÍDICO DA
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO
AMAZONAS - ACA

Associação Comercial NEWS

PREPARADO POR:
PEDRO CÂMARA ADVOGADOS



APÓS TRÊS ANOS DE ESPERA, NOVA PONTE NA BR-319 SERÁ ENTREGUE EM SETEMBRO, AFIRMA DNIT

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) anunciou que a nova ponte sobre o rio Autaz Mirim, na BR-319, será entregue em setembro de 2025. A obra é estratégica para a logística e escoamento da produção no Amazonas.

CCJ DEBATE IMPOSTOS ESTADUAIS NA REFORMA TRIBUTÁRIA

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado realizou em 27/05/2025 audiência pública para discutir a regulamentação das regras de transição do ICMS e previsão de regras gerais do ITCMD na reforma tributária, impactando diretamente as empresas do Amazonas.



O QUE MUDA NO SEU BOLSO COM O NOVO IOF: ENTENDA OS IMPACTOS NAS COMPRAS E NO CRÉDITO

Nova regulamentação do IOF altera as alíquotas sobre operações de crédito e câmbio, impactando diretamente o custo do crédito empresarial e o planejamento financeiro dos consumidores e empresas.



INFORMATIVO JURÍDICO DA
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO
AMAZONAS - ACA

4 ZFM EM FOCO

PREPARADO POR:
PEDRO CÂMARA ADVOGADOS

ZFM EM NÚMEROS

● 2025

● R\$ 400 MI

Suframa realizou, em 27/05, uma visita institucional ao Super Terminais, porto localizado no bairro Colônia Oliveira Machado, zona Sul da capital amazonense. O objetivo foi conhecer de perto a estrutura atual e os investimentos, cerca de R\$400 milhões, que estão sendo realizados para ampliar a capacidade de operação do terminal.

● R\$ 1 BI

A 319ª Reunião Ordinária do CAS aprovou 38 projetos, sendo 11 de implantação, 26 de diversificação e um agropecuário, que representam um investimento total aproximado de quase R\$ 1 bilhão, faturamento estimado de R\$ 8,5 bilhões e a criação de 918 postos de trabalho.

● R\$ 55,66 BI

Faturamento no Polo Industrial de Manaus foi de R\$ 55,66 bilhões nos três primeiros meses de 2025, um crescimento de 15,61% quando comparado com o obtido em igual período do ano passado. Em dólar, os indicadores totalizaram US\$ 16 bilhões, uma alta de 11,49%.

● 32.678

O mercado de trabalho formal do Amazonas acelerou em abril, acompanhando a média nacional. A quantidade de trabalhadores admitidos (+25.806) superou o total de desligados (-23.128) dos quadros funcionais das empresas amazonenses por uma vantagem de 2.678 novas vagas.



CONHEÇA A AMAZÔNIA

INFORMATIVO JURÍDICO DA
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO
AMAZONAS - ACA

5 DICA PCA

PREPARADO POR:
PEDRO CÂMARA ADVOGADOS

Associação Comercial do Amazonas

ANISIO JOBIM

Como preparar sua empresa para as novas obrigações da Reforma Tributária

Victória Guimarães de Melo Cardoso

Com a implementação da Reforma Tributária (EC n.º 132/2023) e a iminente entrada em vigor do IBS e da CBS, as empresas brasileiras terão que se adaptar não apenas aos novos tributos, mas também a uma nova lógica de fiscalização, escrituração e relacionamento com os fiscos federal, estadual e municipal. **E a preparação precisa começar agora.**

Mesmo que a transição esteja prevista para os próximos anos, os efeitos administrativos já estão no horizonte: integração de sistemas, novas obrigações acessórias, maior compartilhamento de dados entre entes e aumento do risco de autuações em cadeia. Além disso, o Judiciário já alerta para um possível crescimento exponencial dos litígios fiscais — o que exige um planejamento preventivo das empresas.

Uma estratégia eficaz é investir desde já em capacitação prática, especialmente por meio de **cursos in company** que simulem a operacionalização do IBS e CBS na rotina fiscal e contratual da empresa. **Treinar a equipe contábil e de faturamento pode evitar prejuízos maiores no futuro.**

A experiência internacional mostra que quem se antecipa ganha em segurança e competitividade.

5 AÇÕES PARA COMEÇAR AGORA:

- ✦ Faça um diagnóstico fiscal completo com sua contabilidade;
- ✦ Atualize seus sistemas de gestão para simular o IBS e a CBS;
- ✦ Revise contratos com fornecedores e clientes, incluindo cláusulas tributárias;
- ✦ **Invista em cursos in company personalizados sobre a reforma;**
- ✦ Estabeleça um plano de contingência para autuações múltiplas.

DICA FINAL:

Não espere a cobrança começar para organizar sua estrutura. Reformar é mais fácil do que reconstruir.

➡ Quer contratar um curso sobre a Reforma Tributária para sua equipe?

✉ Fale com nosso time pelo e-mail camara@pedrocamaraadvogados.com ou ligue para: (92)98136-9757/(92)98812-0013.



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS
E
PEDRO CÂMARA ADVOGADOS



Nos vemos na próxima edição!

Continue acompanhando o Informativo Jurídico Associação Comercial do Amazonas para estar sempre atualizado com as tendências, mudanças e oportunidades que impactam o mundo empresarial.

Até breve!